

V Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica

23 a 25 de julho de 2017

Grupo de Trabalho: GT09 – O LIVRO DIDÁTICO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS: AVANÇOS E DESAFIOS

**As concepções de sociologia nos livros didáticos para a disciplina:
quê sociologia é esta?**

Ana Martina Baron Engeroff
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

As concepções de sociologia nos livros didáticos para a disciplina: que sociologia é esta?

Ana Martina Baron Engerhoff¹

RESUMO: Neste trabalho são apresentados os resultados de pesquisa envolvendo os seis livros didáticos para o ensino de Sociologia aprovados no Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2015 em que se buscou analisar os significados de sociologia contidos nestes livros, com base na teoria dos campos e habitus de Bourdieu. Com a obrigatoriedade da disciplina de sociologia para o ensino médio através da legislação aprovada em 2008, fruto das mobilizações de diversas vertentes (político-institucional, sindical, acadêmica, escolar, dentre outros), fomentou-se o mercado do livro didático voltado ao ensino de sociologia, ampliando-se não só o número de livros aprovados no PNLD, mas também o debate acerca do ensino de sociologia e os discursos acerca da disciplina contidos nestes livros. Propagava-se uma sociologia ideologicamente engajada da mudança social, com a formação do aluno cidadão como meta, ao mesmo tempo em que nestes livros foi possível localizar uma preconização de uma sociologia cidadã, com o aspecto cívico e moralizador circundante, e ainda uma sociologia assentada no viés acadêmico e científico, demonstrando a contínua disputa dos significados de sociologia pelos diferentes agentes mobilizados através do livro didático. Não obstante as recentes modificações no formato do ensino médio que retira a obrigatoriedade da sociologia anteriormente conquistada, mantém-se aceso o debate e disputas acerca dos significados da sociologia escolar e também da importância dos livros didáticos.

Palavras-chave: livro didático; concepções de sociologia, disputa de conceitos.

1. Introdução.

Este artigo tem como proposta apresentar os resultados de pesquisa envolvendo os seus livros didáticos para o ensino de Sociologia aprovados no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD 2015). Mais especificamente, objetiva-se compreender quais os sentidos de sociologia que estes livros carregam.

Importante primeiramente apontar que na ocasião da publicação do edital do PNLD, a sociologia figurava como disciplina obrigatória para o ensino médio, tendo sido reintroduzida nos currículos de todo o país com a lei nº 11.684 (BRASIL, 2008). Com a obrigatoriedade da disciplina, fruto das mobilizações de diversas vertentes (político-institucional, sindical, acadêmica, escolar, dentre outros), fomentou-se o mercado do livro didático voltado ao ensino de sociologia, ampliando-se não só o número de livros aprovados, mas também o debate acerca do ensino de sociologia e os discursos da disciplina contidos nestes livros.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Licenciada em Ciências Sociais pela mesma universidade e graduada em Direito pela Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina. Bolsista CAPES. anambaron@hotmail.com

Por isso, a sociologia já havia participado do PNLD de 2012, tendo apenas dois livros aceitos, ampliando o número de livros aprovados no PNLD 2015. Assim, nesta edição, têm-se os seguintes livros objetos deste trabalho:

Tabela 1 - Livros aprovados no PNLD 2015

LIVRO	AUTOR(ES)	EDITORA	ED
Sociologia para o Ensino Médio	Nelson Dácio Tomazi	Saraiva	3 ^a
Tempos Modernos, Tempos de Sociologia	Helena Bomeny e outras (4)	do Brasil	2 ^a
Sociologia	Silvia Maria Pereira de Araújo e outras (3)	Scipione	1 ^a
Sociologia Hoje	Celso Rocha de Barros e outros (3)	Ática	1 ^a
Sociologia em Movimento	Afrânio Silva e outros (19)	Moderna	1 ^a
Sociologia para Jovens do Século XXI	Luiz Fernandes de Oliveira e outro (2)	Imperial/Novo Milênio	3 ^a

Elaboração da autora.

Neste interim, tanto o ensino de sociologia quanto os estudos envolvendo os livros didáticos têm ganhado maior atenção no campo acadêmico, ainda que de forma não perene, conforme indicam os trabalhos Handfas e Maçaira (2014), Eras (2014), Oliveira (2016) e Cigales e Brunetta (2017).² Tal incremento do campo também tem possibilitado maior discussão sobre os sentidos atribuídos pelos diferentes agentes à sociologia escolar e ainda ao próprio processo de inclusão e exclusão da disciplina dos quadros curriculares.

Assim, de um lado pode-se verificar um intenso debate envolvendo o campo acadêmico e militante em torno das funções da sociologia na escola. Tendo-se a sociologia como assentada em múltiplos paradigmas, a sua permanência ou ausência nos currículos escolares é marcada por contradições, fundamentando-se a disciplina tanto em correntes positivistas e mais normatizadoras, quanto de posicionamentos histórico-críticos, engajando-se na proposição de mudança social, diversificando as propostas sobre o ensino de sociologia.

De outro lado, os documentos oficiais (como a LDB, PCN, OCN) produzidos para dar subsídios ao ensino de sociologia também operam significados escolares. Esses documentos preconizavam sobretudo uma sociologia formadora do aluno cidadão, para que pudesse agir para a transformação da sociedade, havendo em

² Sobre um balanço do GT do Livro Didático no ENASEB, há ainda o artigo de Handfas e Santos (2013).

poucos documentos o reforço dos princípios da desnaturalização, estranhamento, visando o cultivo da imaginação sociológica como objetivo da sociologia escolar.

Desta forma, o livro didático aparece como objeto privilegiado para se pensar as diversas disputas simbólicas do campo, pensando-se relacionalmente as questões acadêmicas, educacionais, políticas e culturais que envolvem o ensino de sociologia. Por isto, é pertinente a teoria de Bourdieu, especialmente ao se tomar a noção do campo de um “espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias” (BOURDIEU, 2004, p. 20), contribui-se para se pensar os discursos mobilizados pelos diferentes agentes em torno do ensino de sociologia. O conceito de campo é especialmente utilizado de modo a compreender que o objeto de estudo não está isolado, mas sim, como afirma Bourdieu (2012, p. 27), possui outras propriedades, afastando uma visão substancialista do objeto.

Com base no método de análise de manuais escolares proposto por Escolano (2012) e Mahamud (2014), pensa-se o livro didático por seus aspectos externos e internos, relacionalmente. Nos limites deste artigo, propõe-se uma análise que não isole o livro didático do campo do conhecimento que está envolto e dos agentes que se mobilizam para pensar o ensino de sociologia e contribuem para os sentidos contidos nos livros didáticos. Então, no primeiro momento, dá-se ênfase para os elementos externos do livro, quais sejam, os debates do campo e das normativas dos documentos oficiais, passando-se à análise dos livros (elementos internos).

Os resultados desta pesquisa apontam para a diferença de abordagem entre os livros didáticos do PNLD 2015, mas que estão entrecruzados com os sentidos atribuídos pelos diferentes agentes. Assim, propagava-se uma sociologia ideologicamente engajada da mudança social, com a formação do aluno cidadão como meta, ao mesmo tempo em que nestes livros foi possível localizar uma preconização de uma sociologia cidadã, com o aspecto cívico e moralizador circundante, e ainda uma sociologia assentada no viés acadêmico e científico, demonstrando a contínua disputa dos significados de sociologia pelos diferentes agentes mobilizados através do livro didático.

2. As disputas do campo sociológico acerca da sociologia na escola.

A sociologia, como campo do saber que torna problemas sociais em objeto de conhecimento, desde sua formação esteve permeada pelo desafio de pensar respostas que pudessem promover o encontro entre as demandas sociais e sociedade. É neste passo que a educação escolar é percebida como um importante agente de socialização e de transformação social, continuando a ser um objeto de enfoque para a ampliação do conhecimento (MARTINS; WEBER, 2010, p. 129-130).

Nas décadas de 80 e 90 em que se desenhou um cenário em prol da democracia, delineou-se a educação como meio propício a fomentar o espírito de luta política e de mudança social. Weber (1992, p. 24), analisando os principais temas da área da educação no período, demonstrou haver intensa movimentação acadêmica e social em torno da educação, propugnando-se uma educação escolar que deve “condições para a organização do pensamento e para refletir criticamente sobre a realidade, elementos vistos como fundamentais para a compreensão e intervenção consciente no mundo.”

Esta difusão das pesquisas a respeito do ensino de sociologia propicia um olhar sobre qual o lugar do ensino de sociologia no campo científico. Pensar nas configurações do campo se mostra relevante na medida em que entendemos que eles se entrelaçam às narrativas acerca dos sentidos de sociologia enquanto disciplina escolar, que por vezes atribui um caráter engajado do ensino (para a formação do aluno, cidadania e atuação social), de conformação cívica (educação moralizante), e de instrumentalização por meio dos conhecimentos sociológicos. Nos termos trabalhados por Martins e Sousa (2013, p. 35), o debate tenderia a alocar as ciências sociais na escola ao sentido de “sociologia pragmática”, em que a sociologia deveria atender as expectativas da escola, resolvendo problemas sociais, ou, de outro lado, uma “sociologia reformadora”, para promover um ideário de um comportamento social adequado, com posturas cidadãos e democráticas.

De se destacar que Moraes, L. (2009, p. 08) também apontava para o conflito no campo sociológico acerca das finalidades da sociologia escolar, especialmente envoltos na ideia de formação do aluno para o exercício da cidadania. Alguns sociólogos sustentariam a positividade da relação da sociologia para a formação da cidadania, enquanto outros a percebiam alicerçada sobretudo no senso comum.

Estas constatações de Martins e Souza (2013) e Moraes, L. (2009) vem ao encontro do debate mais clássico das ciências sociais, de uma ciência que busca a objetividade e neutralidade possível. A própria construção das narrativas sobre o papel da sociologia escolar está ligada a forma que esta área é percebida no campo da sociologia científica, e que revelam as dificuldades de se fazer sociologia. Conforme assevera Bourdieu (2005, p. 44), a profissão do sociólogo o expõe ao perigo de substituir o senso comum pelo senso comum duto, que transforma a ciência em uma mera transcrição dos discursos do senso comum.

Um dos primeiros trabalhos realizados que sistematizaram a presença e ausência da sociologia escolar é a dissertação de Bispo dos Santos (2002). O argumento do autor é que a sociologia, desde o primeiro período de sua obrigatoriedade, estava baseada na ideia de que o conhecimento sociológico serviria para formar indivíduos com capacidade para questionar, investigar e compreender a realidade social, o que seria incompatível com o pensamento autoritário (e por isso não haveria espaço para a sociologia nos regimes ditatoriais). Conseqüentemente, nesta visão, somente no contexto de redemocratização do país que a sociologia voltaria aos currículos.

Analisando a trajetória da disciplina, Carvalho (2004), sindicalista e presidente da Federação Nacional dos Sociólogos entre 1996-2002, afirmava que os primeiros projetos visando à inclusão da sociologia dificilmente seria aprovado. Isto porque, para o autor, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso não aceitariam uma lei “que traria para a nossa juventude mais oportunidades de conscientização política, social e filosófica” (CARVALHO, 2004, P. 28). Então, a inclusão do ensino de sociologia e filosofia toma um cunho revolucionário da educação, cujos problemas advindos, como o que ensinar e como ensinar, seriam questões a ser resolvidas posteriormente. Ou seja, os sentidos da sociologia na escola são os mesmos do campo da sociologia, como formadora natural de consciência política e revolucionária.

De outro lado, Moraes, A (2004), que também participou ativamente dos processos de disputa pela inclusão da sociologia no ensino médio, defendia a capacidade da sociologia em desenvolver um olhar sociológico. Para Moraes, A. (2011, p. 366), é importante questionar as discussões que ideologizam a exclusão da disciplina de sociologia, daquelas que a marcam “como o índice de democracia –

de governantes e de interlocutores”. Embora o autor indique algumas razões do porque destas narrativas (pelo contexto de luta dos anos 80, especialmente), as consequências são de um pensamento da sociologia escolar a partir de uma preocupação ideológica com propostas marcadas pela intenção de conscientização e intervenção da realidade. Assim, afirma:

Uma concepção menos engajada e mais formativa por exemplo, de tratamento dos princípios epistemológicos e procedimentos científicos das Ciências Sociais, ou da discussão sobre elaboração de modelos teóricos, ou mesmo sobre a construção conceitual nestas ciências é posta de lado a partir de uma pseudocrítica a certa perspectiva de neutralidade e objetividade que essa concepção encerraria. Reforçam-se assim elementos que dão azo à crítica conservadora ao dizer que o ensino de Sociologia visa, antes de tudo, a manipulação dos alunos, na verdade não existindo propriamente ensino, senão doutrinação. (MORAES, A, 2011, p. 367)

Na mesma linha, lembra Oliveira (2013, p. 185) que os avanços e retrocessos institucionais para firmar a sociologia como disciplina escolar e que foram acompanhados pela ampla luta por parte de sociólogos organizados especialmente em lutas não acadêmicas, acabou reforçando uma identidade “politicamente engajada” da disciplina, popularizando a noção de que a sociologia deveria formar o cidadão, intervir na realidade e despertar a consciência crítica. Ou seja, ainda que não disposto expressamente no texto legal, o imaginário ligado à sociologia como interventora da realidade permaneceriam, tal como confirmados pela visão dos professores (BISPO DOS SANTOS, 2002, MOTA, 2005) e na visão dos alunos (RESES, 2007).

Sem pretender esgotar esta ampla discussão, é importante ponderar, ainda, que nem sempre esta atribuição da sociologia como interventora social seria de cunho “transformador”, podendo muitas vezes servir mais como conformação social. É isto que Meucci (2013, p. 76) asseverava quando tratou dos livros didáticos no PNLD 2012, em que constatou a presença de sentidos de sociologia à prescrição de conduta politicamente correta, ocultando ou mesmo subtraindo uma compreensão sociológica dos fenômenos, e mesmo a denúncia das injustiças da sociedade atual. Isto se aproxima do observado por Jinkings (2011, p. 111) acerca das narrativas dos professores catarinenses de sociologia, que partiam para uma sociologia mais positivista, “tratando-a como técnica racional de contenção de conflitos e de intervenção no comportamento social”. Guardadas as proporções, o que apontam as

autoras é que estes posicionamentos aproximam-se muito da sociologia dos anos 30, com caráter prescritivo de condutas cívicas e cristãs e de críticas ao liberalismo.

3. Os documentos oficiais norteadores do ensino de sociologia.

A sociologia escolar se assenta não só por meio dos agentes envolvidos, mas também objetivado nos documentos oficiais norteadores da disciplina. Destarte, com o crescimento do interesse no ensino de sociologia, muitas pesquisas permearam os documentos oficiais. Dá-se destaque à análise da relação sociologia-cidadania através dos documentos oficiais realizada por Moraes, L. (2009), mas outros trabalhos também abordaram os sentidos destes documentos para a sociologia, como Ferreira (2011), Florêncio (2011), Pereira (2013), Azevedo (2014) e Rossi (2015).

A Constituição Federal de 1988 já previa como um direito social a educação, guardando seção específica para tratar do assunto e definida dentro da dupla noção de direito-dever e para três esferas da vida, o pessoal (social), o político (cidadania) e o econômico (trabalho), conforme foi explicitado em seu art. 205 (BRASIL, 1988).

Sem adentrar nos meandros da organização educacional da década de 1980³ e que possibilitou a luta pela inserção da sociologia na escola, assevera-se que a ideia de abertura democrática não necessariamente carrega a conotação de maior democracia no país. Conforme remete Saviani (2008, p. 414-415), a transição democrática no Brasil visava garantir a continuidade da ordem socioeconômica, guardando nas ideias pedagógicas a heterogeneidade de posições. Assim, haveria duas modalidades de educação: uma que se dirigida às escolas, para transformá-las em um espaço de expressão das ideias populares e de autonomia popular (concepção libertadora, baseada em Paulo Freire), e outra centralizada na educação escolar, valorizando o acesso ao conhecimento sistematizado (apoiando-se nas versões marxistas e liberais). Ambas, em seus meandros, acabavam por explorar a relação escola-cidadania, tanto para a emancipação do aluno quanto para a sua conformação na ordem social.

Nessa perspectiva, os documentos oficiais também definiriam seus propósitos educacionais e que se relacionam a um tipo de projeto político-

³ Melhor compreensão das perspectivas educacionais, tanto em termos de organização e mobilização do campo quanto da circulação das ideias pedagógicas é realizada por Saviani (2008), que vai muito além da chamada “década perdida” de 1980 para demonstrar que foi um período profícuo em rearranjos em torno da educação.

pedagógico. Com a educação no centro do debate, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) foi editada e em seu artigo 2º manteve as três finalidades educacionais previstas na constituição, inovando ao trazer a relação à sociologia e à filosofia a finalidade do exercício da cidadania.⁴ Para Moraes, L. (2009, p. 121-124), o significado de cidadania na LDB comportava a ideia de uma vida harmoniosa, em valores universais, de adaptação do aluno para a realidade social mais ampla, omitindo um possível caráter de luta política da expressão (polissêmica) cidadania.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) editados em 1999⁵ com o fim de nortear os currículos e os educadores, marcaram os objetivos das ciências humanas na perspectiva do exercício da cidadania, para que fossem desenvolvidas competências de leitura e decodificação do “economês” e do “legalês” (BRASIL, 1999, p. 11). Especificamente para as ciências sociais, marcaram o objetivo desta área de introduzir as questões conceituais, refletindo sobre as mudanças sociais, econômicas e políticas dos últimos séculos, dando viés político à disciplina, no entendimento de conhecer os direitos e deveres. Através do conhecimento sociológico sistematizado servir-se-ia ao propósito de instrumentalização do aluno para que este pudesse ter uma postura mais reflexiva e crítica do mundo moderno, percebendo-se como elemento de ativo na sociedade, promovendo-se o aluno como agente de mudança social.

Posteriormente foi editado o PCN+ (BRASIL, 2002), complementando o documento anterior, manteve a obrigação da escola em formar o aluno para o exercício da cidadania, entendida como ação política. Atribuindo à sociologia e à política o tema da cidadania, justifica-se a importância deste conceito (juntamente com o trabalho e cultura) como valor universal e para a mudança social, podendo, para tanto, o aluno apropriar-se dos paradigmas teóricos e metodológicos das ciências sociais e áreas correlatas (direito e economia, por exemplo).

A virada de perspectiva dos sentidos de sociologia na escola contidos nos documentos oficiais ocorre com a edição das Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCN) de 2006, defendendo-se a identidade de sociologia através do

⁴ Este artigo é modificado em 2008 (BRASIL, 2008), quando a sociologia passa a ser obrigatória, suprimindo-se a menção à formação para a cidadania.

⁵ Vindo a complementar as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNEM, Resolução nº 03/1998 que defendia o currículo flexível, dando caráter interdisciplinar à sociologia – o que significava, na prática, a sua inexistência nas escolas.

panorama histórico da constituição da disciplina no currículo escolar, possuindo um viés político de consolidação da disciplina para além de uma visão ideológica da mesma (CASÃO; QUNTEIRO, 2007, p. 233-234). Nas OCN questionou-se o vazio da expressão “formar o cidadão”, atribuindo a relação mais aos temas tratados pela área do que a uma natureza ideológica própria, dando ênfase aos paradigmas da desnaturalização e estranhamento e a uma cidadania baseada em conhecimentos de direitos e deveres.

Posteriormente, com as demandas pela obrigatoriedade da sociologia nos currículos, verifica-se uma preocupação de afastar o caráter mais ideologizado comumente ligado à disciplina, centrando na formação dos alunos pelos princípios epistemológicos das ciências sociais. A atuação política seria uma consequência de todo o processo educacional, cultivando-se uma visão da escola como espaço de transição para o mundo político.

4. O livro didático de sociologia: sentidos para a disciplina escolar.

Analisado as narrativas do campo e os significados de sociologia dos documentos oficiais, parte-se para a análise dos livros didáticos selecionados. Tendo como referência as concepções de sociologia conferidas pelos elementos externos ao livro e seu contexto, verificou-se se nos capítulos e conteúdos as noções de: estranhamento; desnaturalização; imaginação sociológica; cidadania; direitos e deveres; práticas cidadãs; separação do senso comum; sociologia como ciência; sociologia pragmática; sociologia reformadora; desenvolvimento de pesquisa. Assim, palavras-chave como solução, transformação, mudança, instrumentalização, ferramenta, ciência, científico, senso comum, cidadania, direitos e deveres, pesquisa, dentre outras, puderam ser localizadas como indicativo das noções selecionadas. Além desses elementos, outras significações podem ser atribuídas pelos livros, dando sentido próprio e singular à sociologia.

Dos seis livros didáticos analisados em seus aspectos internos, pode-se concluir que há pluralidade entre os livros das concepções de sociologia escolar, mas que se apropriam de sentidos atribuídos por elementos externos ao livro.

4.1 Sociologia para o Ensino Médio (TOMAZI, 2013).

O livro de Tomazi (2013) apresenta a sociologia de modo a enfatizá-la enquanto ciência, que visa ultrapassar o senso comum, elaborando conceitos e teorias. A visão da sociologia enquanto ciência é reforçada nas atividades, na perspectiva que é “possível conhecer a sociedade por meio da ciência”. A sociologia permitiria entender as questões que envolvem o cotidiano dos indivíduos, grupos e sociedade, fornecendo as ferramentas para uma análise consistente: “por meio da sociologia, obtemos um conhecimento científico sobre a realidade social” (TOMAZI, 2013, p. 07).

Para tanto, Tomazi (2013) não se utiliza dos conceitos de estranhamento e desnaturalização preconizados nas OCNs, mas da ideia de imaginação sociológica. É função da sociologia contribuir para “desenvolver nossa imaginação sociológica” (TOMAZI, 2013, p. 07), tida como a capacidade de analisar as experiências e perceber as relações entre elas e outras condições mais amplas, explicando o que acontece na ‘nossa’ vida. A sociologia revelaria aspectos da sociedade que pode, por uma postura crítica, incomodar muitos grupos e indivíduos.

A questão da crítica social parte, no livro de Tomazi (2013), de uma questão intrínseca à sociologia enquanto ciência. A categoria cidadania faz parte da crítica, mas como uma temática afeita às ciências sociais, tida como conhecimento que questiona “quais nossos *direitos* e o que significa *cidadania*”? (TOMAZI, 2013, 0. 07). As mudanças sociais necessárias apontadas pelo livro não se dá por uma ideia de prática cidadã por parte do aluno, mas como algo que decorre da própria sociologia em suas análises e como um efeito da vida em sociedade.

A pesquisa é o elemento chave colocado no livro para constituir a sociologia, apresentando algumas fontes utilizadas e temas eleitos por sociólogos para elaborar as suas pesquisas. Conclui-se que “aprender a pensar sociologicamente implica, assim, fazer *pesquisas*, mesmo que sejam pequenas. Por isso, ao longo desse livro vamos indicar temas diversos para pesquisas que poderão ser desenvolvidas com a ajuda do professor” (TOMAZI, 2013, p. 10).

A questão da pesquisa ganha relevância nas atividades contidas ao final de unidade, incluindo a opção denominada “Para pesquisar”. Este quadro contém propostas para que o aluno realize pesquisa através da coleta de dados de caráter mais exploratório, como o caso de entrevistas e pesquisas de opinião, ou ainda mais informativas, pela pesquisa em jornais, revistas e internet, como pode ser visto em

Tomazi (2013, p. 39, 84, 125, 178, 238, 282 e 326) e também já analisado por Oliveira e Cigales (2015).

Portanto, no livro de Tomazi (2013) há uma concepção de sociologia escolar visando transpor o conhecimento sociológico acadêmico ao aluno, visando dotar o aluno do saber científico. Esta mesma ciência partiria do princípio de questionar as relações sociais e desigualdades, sendo iminentemente crítica e que visa, por consequência, a mudança social. Oposição entre ciência e o senso comum para desenvolver a imaginação sociológica.

4.2 Tempos Modernos, Tempos de Sociologia (BOMENY, et al., 2013).

O livro de autoria de Bomeny et al. (2013) destaca uma dupla tarefa para a sociologia no ensino médio: “expor de forma viva e clara o que é a Sociologia [e a segunda] e mais importante – é despertar seu [do aluno] interesse para esse campo do conhecimento”. A linha conduta é que a “sociologia é uma disciplina intelectual que pretende produzir um conhecimento sistemático sobre as relações sociais” (BOMENY et al., 2013, p. 08). Para tanto, a sociologia vale-se do conhecimento do senso comum, tida como outra forma de explicar os fenômenos sociais.

Para as autoras (2013, p. 09), “quanto mais conhecemos a organização geral da sociedade, seus diferentes grupos e interesses, seus valores e suas instituições coletivas, mais capacidade temos de intervir na realidade e transformá-la”. A imaginação sociológica seria o cerne do “fazer sociologia”, que na qualidade de ciência com métodos, teorias e conceitos, apresenta uma pluralidade de posicionamento, não possuindo uma única resposta para tudo.

A cidadania, por sua vez, é entrelaçada na finalidade da sociologia, com uma proposta de mudança social. Por meio do se pensar e agir sociologicamente, é possível ver o que precisa ser modificado, um desafio que permeia a profissão do sociólogo e como detentores de direitos e deveres (BOMENY, et al., 2013, p. 310).

Sendo assim, este livro contempla o sentido de sociologia voltado para o desenvolvimento da imaginação sociológica, o que se faria fundamentalmente pela aproximação dos conhecimentos do senso comum ao campo de conhecimento intelectual das ciências sociais. A expressão da ciência não é afirmada com frequência (e nem como metodologia a ser exercitada pelos alunos), tampouco utilizadas explicitamente as noções de estranhamento e desnaturalização. Além

disso, tem-se que a sociologia se mostra uma ferramenta importante para a mudança social, o que estaria próximo da relação de sociologia reformadora, dentro de uma etiqueta cidadã.

4.3. Sociologia (ARAÚJO, BRIDI, MOTIM, 2013).

Na apresentação aos estudantes (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2013, p. 03-04), destacam a função da sociologia em investigar as conexões entre o que a sociedade faz de nós e o que fazemos de nós mesmos, na medida em que somos produtos e produtores da sociedade. As Ciências Sociais se opõem ao senso comum (tido como um conhecimento prático, do cotidiano), possibilitando sair do mundo em particular e articular outras dimensões da vida em sociedade e, questionando o que é dado como natural e inevitável (ou seja, os conceitos de estranhamento e desnaturalização). As autoras, porém, não rejeitam o senso comum como base da ciência (ponto de partida), podendo ser reconhecido como um conhecimento válido e enriquecedor.

Então, o objetivo da sociologia é o de buscar pensar e cultivar a “imaginação sociológica”, posto que, com as questões suscitadas pelas Ciências Sociais, “conduzem a processos de construção de cidadania, vislumbrando nossos direitos e deveres” (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2013, p. 04). Preconiza-se que a construção do conhecimento seja feita ativamente pelos alunos e professor, estimulando-se a crítica social, o que faz parte da descoberta da identidade do aluno, podendo o livro contribuir neste sentido (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2013, p. 04).

Vale colocar, ainda, que para as autoras, o sociólogo é um agente social ativo que reflete sobre a sociedade em que vive e fornece os instrumentos necessários a outros indivíduos poderem pensar a sua realidade e experimentar uma avaliação de valores. Há um “sentido cultural das Ciências Sociais”. Do mesmo modo, a noção de cidadania, articula-se tanto com a finalidade da própria sociologia quanto uma temática da área, especialmente pela conquista de direitos e deveres e pela participação ativa do cidadão, preconizada por Araújo, Bridi e Motim (2013, p. 171).

A pesquisa, como parte da atividade do apreender a sociologia e intervir na realidade social, participa de todos os capítulos do livro. Tomando a sociologia como instrumentalizadora para a transformação da realidade social, as autoras procuram

por meio dos exercícios e sugestões de pesquisa que o aluno aponte sugestões para a atuação na sociedade, para a sua mudança.

Enfim, o livro de Araújo, Bridi e Motim (2013) contempla todas as noções indicadas para a análise do trabalho, mas atribuem um peso diferente a determinados aspectos. No entanto, a imaginação sociológica toma maior espaço, e deve ser incentivada como forma de pensar o mundo e poder transformar a realidade social. A sociologia escolar para resolver os problemas sociais, sendo a pesquisa um ferramental para se pensar soluções culturalmente localizadas.

4.4 Sociologia em movimento (SILVA et al., 2013).

Neste livro, preconiza-se uma sociologia que possa oferecer as ferramentas necessárias para a compreensão e apropriação da realidade, de modo a conhecer a sociedade cientificamente. A partir do campo científico poder-se-ia encontrar soluções para possíveis para os problemas sociais, conforme indicam Silva et al. (SILVA et al., 2013, p. 03 e 10).

A construção do conhecimento científico se realizaria por meio de regras e critérios sistemáticos de investigação e verificação, sendo atribuído como o principal modo de promoção da transformação da realidade. É essencial para os autores (2013, p. 26) que a sociologia produza seu saber enquanto ciência, com métodos de investigação, o que poderá ser apreendido pelo senso comum para apresentar soluções objetivas para problemas específicos.

A pesquisa é apresentada neste manual como elemento fundamental para a construção do saber sociológico, conforme já colocado por Oliveira e Cigales (2015, p. 285) que “este manual, diferentemente dos outros vistos até aqui, busca conciliar a pesquisa metodológica como base de aplicação dos conteúdos teóricos”. Assim, se propõe a “realização de uma campanha em defesa dos direitos da criança e do adolescente” (SILVA et al., 2013, p. 54); “organizar uma campanha contra as formas de preconceito e discriminação” (SILVA et al., 2013, p. 132); “pensar ações que solucionem os problemas da comunidade” (SILVA et al., 2013, p. 211); usar a arte para “inspirar propostas de reflexão e transformação da realidade” (SILVA et al., 2013, p. 258); dentre outros.

Fazendo referência mais direta à LDB, no livro (SILVA et al., 2013, p. 230) preconiza-se a construção de uma “visão crítica e reflexiva da realidade”, através de

instrumentos como informação, vivências e experiências, como um fator decisivo para a formação dos jovens e adolescentes, aliando assim ferramentas para a crítica e o conhecimento imediato (do senso comum). O conceito de estranhamento também é mobilizado, bem como da desnaturalização.

Ainda, percebe-se que este quadro atribui à sociologia o papel em informar ao aluno quais os direitos e deveres existentes na lei. A questão jurídica (informativa) é também colocada dentro dos capítulos e destaca a importância do reconhecimento destas legislações como conquistas sociais. A partir destas legislações, o aluno é convidado a perceber quais leis estão sendo ou não cumpridas. Esta visão está apoiada no desenvolvimento da questão da cidadania, como um papel de formação do cidadão, este detentor de direito e deveres e que luta por ele.

Desta feita, é possível concluir que no livro de Silva et al. (2013) a sociologia é apresentada pela vertente do conhecimento científico, dotado de métodos próprios e que se vale do estranhamento e desnaturalização, mas que não se opõe ao senso comum. A sociologia fornece os instrumentos ao aluno para que ele possa volta-se ao cotidiano e atuar socialmente, apresentando soluções para os problemas sociais investigados. A sociologia se interessa pela transformação social como um fenômeno social (SILVA, et al., 2013, p. 312), possibilitando (com o seu conhecimento científico) a apropriação das suas investigações e reflexões para a ação social. Há, ainda, a valorização dos instrumentos jurídicos para a formação do cidadão.

4.5 Sociologia Hoje (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2013).

O principal objetivo apresentado no livro é de aproximar as investigações, reflexões e teorias das Ciências Sociais ao cotidiano do aluno, como um instrumento de reflexão crítica e para que o aluno possa construir um mundo mais “um mundo mais justo e feliz para todos, vivendo plenamente sua cidadania” (MACHADO, AMORIM e BARROS, 2013, p. 03).

Os conceitos de estranhamento e desnaturalização são apresentados e reforçados, como modo de entender como acontece a vida em sociedade,. No entanto, o que faz das Ciências Sociais uma ciência, são as ‘boas perguntas’ sobre a vida social, sob diferentes olhares e perspectivas. Além disso, é preconizado no

livro o pensamento crítico como um dos objetivos das Ciências Sociais. Por meio de métodos sistemáticos, a sociologia se diferencia do senso comum, possibilitando explicações mais elaboradas e controladas, e que também mudam, em decorrência das pesquisas realizadas.

O papel crítico do cientista social está ligado, sendo Machado, Amorim e Barros (2013, p. 20), pela necessidade de impactar na vida social, como construção de políticas públicas, e em segundo deve ter impacto pessoal, provocando mudanças na forma de pensar das pessoas. Desta maneira, a sociologia enquanto disciplina escolar possibilita fornecer ao aluno estes instrumentos, para que ele possa refletir criticamente, com autonomia e decifrando o mundo: “exercitar o pensamento crítico prepara você para não se deixar enganar facilmente, e por isso a ciência social pode ser muito útil” (MACHADO, AMORIM e BARROS, 2013, p. 21). Importante ainda anotar que os autores ponderam que a sociologia não é só crítica, havendo diferentes correntes e teorias.

Assim, no livro de Machado, Amorim e Barros (2013) a sociologia tem o sentido de instrumentalizar o aluno para que o mesmo possa, por meio do aprendizado crítico, ao final, construir um mundo mais justo, vivendo plenamente sua cidadania. O aprendizado crítico, por sua vez, é entendido por meio da reflexão baseada nos conceitos de estranhamento e desnaturalização, propondo-se questionamentos constantes e baseados nas informações que a ciência (Ciências Sociais, especificamente) disponibiliza e dispõem. No entanto, não se trata um sentido mais reformador, de uma conduta social adequada de mundo.

4.6 Sociologia para jovens do século XXI (OLIVEIRA; COSTA, 2013).

Para os autores (OLIVEIRA; COSTA, 2013, p. 03), a sociologia tem uma dupla tarefa: problematizar opiniões que venham do senso comum, e desnaturalizar a realidade social, o que implica no estudo criterioso, de base científica. Neste sentido, a imaginação sociológica auxilia a refletir sobre o cotidiano, repesando a nossa visão de mundo. A Sociologia pode instrumentalizar “com conhecimentos para nos tornarmos conscientes de nós mesmos e das ações de homens e mulheres que desejam profundamente liberdade e felicidade” (OLIVEIRA; COSTA, 2013, p. 18).

A Sociologia se baseia em atitudes científicas, que constata o problema social, observa fatos e realidade, formula hipóteses de explicação, pesquisa e

estuda o assunto, para ao final pronunciar leis ou tendência de que um fato possa ocorrer por determinado motivo (OLIVEIRA; COSTA, 2013, p. 19). No entanto, é importante anotar que a noção de sociologia científica presente no livro por vezes não está distanciada do senso comum, aproximando-se do que Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2010) alertavam de “sociologia espontânea” e do risco do profetismo social, em que o senso comum, as descrições de atitudes e as opiniões tomam conta. Do mesmo modo, a reflexão sociológica poderia levar à reflexão para a mudança social.

Desta feita, o livro de Oliveira e Costa (2013) significa a sociologia por meio da capacitação do aluno para um olhar sociológico, de imaginação sociológica, baseado na desnaturalização dos fatos. Para tanto, o eixo condutor é o afastamento do senso comum, tido como uma visão acrítica. A sociologia, embora colocada como um conhecimento científico (e isso que a difere do senso comum), não está destacada por meio de uma conduta rígida de ciência ou prática de pesquisa, confundindo-se por vezes com o próprio senso comum. A transformação social seria uma consequência possível do domínio do olhar sociológico pelo aluno, sugerindo-se atividades que possam conduzir para ações de mudança e de conduta social adequada.

5. Conclusões.

Com esta breve caracterização pode-se verificar que o principal elemento em comum aos sentidos contidos nos livros é a ideia que a sociologia é instrumento de transformação social. Esta transformação, no entanto, é vista diferentemente nos livros e que entendemos estar fortemente imbricada nas disputas ideológicas do (sub)campo do ensino de sociologia (FERREIRA; OLIVEIRA, 2015). Então, ora a sociologia é, por si só, transformadora, ora funciona como instrumento para uma atuação posterior dos alunos, ou ainda pode servir para pensar soluções para os problemas sociais.

Esta transformação passa, na visão de alguns dos livros, pela formação do aluno cidadão (atuante) e também do cidadão jurídico (conhecedor das leis e direitos), aproximando das diretrizes dos documentos oficiais. Também, é possível rememorar o trabalho de Engerroff (2015) em que se constatou que nos manuais do professor dos livros didáticos dariam sentido à sociologia por meio de relação

sociologia-cidadania, confirmando-se no presente trabalho estas finalidades da sociologia. Em Silva et al. (2013) e Machado, Amorim e Barros (2013), haveria a defesa de uma relação da sociologia com a finalidade de educar o aluno para a cidadania, esta entendida em seus aspectos mais jurídicos. Para Araújo, Bridi e Motim (2013) e Bomeny et al. (2013), por sua vez, esta relação sociologia e cidadania se daria em um aspecto mais amplo, de atuação para a mudança social. Enquanto que para Tomazi (2013) e Oliveira e Costa (2013), a cidadania seria uma temática das ciências sociais.

Além da transformação social, foi possível notar a presença da noção de conduta socialmente adequada, o que inclui a formação de um tipo de cidadão (a tal etiqueta cidadã, já criticada por diversos autores). A persistência desta noção faz lembrar que, antes de uma sociologia que se afirma transformadora, guarda-se mais proximidade com uma sociologia conservadora de outrora, projetando-se nesta área do conhecimento a finalidade civilizadora.

É importante perceber que estes significados de sociologia contidos nos livros didáticos não se encontram de forma estanque, mas relacionalmente percebidos, cuja mobilização também depende do uso do livro didático em sala de aula.

Mas é preciso nos remeter aos acontecimentos mais recentes: com a reforma do ensino médio definida por meio da Medida Provisória nº 746/2016 (BRASIL, 2016) e convertida na Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017), novamente se retirou a obrigatoriedade da sociologia enquanto disciplina, exigindo-se que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) incluía “estudos e práticas” de sociologia em seu conteúdo. No entanto, a terceira versão da BNCC referente ao ensino médio ainda não foi publicada, persistindo as disputas não só da inclusão da sociologia nas grades obrigatórias, mas também os seus conteúdos e, portanto, significados enquanto conhecimento escolar.

Os livros didáticos, por sua vez, aparecem como um objeto paradoxal, pois embora criticados, os mesmos parecem operar um forte capital de legitimação da sociologia no âmbito da escola. Isto pode ser visto no novo edital do PNL 2018, que já se encontra em vias de finalização, em que se incluiu a sociologia e aprovou 05 livros, demonstrando a força dos livros didáticos enquanto capital institucionalizado e as disputas em torno dos sentidos de sociologia. Desta forma,

entendemos, abre-se novamente um grande leque de possibilidades de estudos sobre este rico objeto que é o livro didático.

6. Referências.

ARAÚJO, Silvia Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. **Sociologia**. Volume único. Ensino médio. 1 ed. São Paulo: Scipione, 2013.

AZEVEDO, Gustavo Cravo de. **Sociologia no ensino médio: uma trajetória político-institucional (1982-2008)**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2014.

BISPO DOS SANTOS, Mário. **A sociologia no ensino médio: o que pensam os professores da rede pública do Distrito Federal**. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

BOMENY, Helena; FREIRE-MEDEIROS, Bianca; EMERIQUE, Raquel Balmant; O'DONNELL, Julia Gali. **Tempos modernos, tempos de sociologia: ensino médio**. Volume único. 2 ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2013.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **O ofício do sociólogo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 311p.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez. 1996.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

_____. **PCN+ - Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, 2002.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações curriculares para o ensino médio, vol. 3: Ciências Humanas e suas tecnologias**. Brasília, 2006. Cap. 4: Conhecimentos de Sociologia.

_____. **Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008**. Altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 03 de junho de 2008.

_____. **Medida provisória nº 746 de 22 de setembro de 2016.** Brasília: Presidência da República, 2016.

_____. **Lei ordinária nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017.** Altera a Lei de Diretrizes e Bases, dentre outros. Brasília: Presidência da República, 2017.

CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de. **A trajetória história da luta pela introdução da disciplina de sociologia no ensino médio no Brasil.** In: CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de (org.). Sociologia e Ensino em debate: experiências e discussão da sociologia no ensino médio. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004. P. 17-60.

CASÃO, Carolina Dias Cunha; QUINTEIRO, Cristiane Thaís. **Pensando a Sociologia no Ensino Médio através dos PCNEM e das OCNEM.** Revista Mediações, Londrina, v. 12, n. 1, p. 225-238, 2007.

CIGALES, Marcelo; BRUNETTA, Antônio Alberto. **Um estado da arte de dossiês de ensino de sociologia em periódicos acadêmicos.** Florianópolis/SC: 2017. (no prelo)

ENGERROFF, Ana Martina Baron. **Os sentidos de cidadania nos manuais do professor dos livros de sociologia para o ensino médio.** Trabalho de Conclusão de Licenciatura. Florianópolis: UFSC, 2015.

ERAS, Ligia W. **A produção de conhecimento recente sobre o ensino de Sociologia/Ciências Sociais na educação básica no formato de livros coletâneas (2008-2013).** Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR. Curitiba, 2014.

ESCOLANO, Agustin. **El manual como texto.** Revista Pro-Posições, v. 23, n. 03 (69), p. 33-50, set/dez, 2012

FERREIRA, Eduardo Carvalho. **Sobre a noção de conhecimento escolar de Sociologia.** 2011. [s.n]. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2011.

FERREIRA, Vanessa do Rêgo; OLIVEIRA, Amurabi. **O Ensino de Sociologia como um campo (ou subcampo) científico.** Acta Scientiarum. Human and Social Sciences (Impresso), 2015.

FLORÊNCIO, Maria Amélia de Lemos. **O Ensino da Sociologia no nível médio e as contradições institucionais de sua obrigatoriedade.** Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Alagoas, 2011.

HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia Polessa. **O estado da arte da produção científica sobre o ensino de sociologia na educação básica.** BIB. São Paulo nº 74, 2º semestre de 2012, p. 43-59. Publicada em julho de 2014.

HANDFAS, Anita; SANTOS, Mário Bispo dos. **O livro didático de Sociologia em debate.** In: GONÇALVES, Danyelle Nilin (org.). Sociologia e juventude no Ensino Médio: formação, PIBID e outras experiências. Campinas: Pontes, 2013.

JINKINGS, Nise. **A sociologia em escolas de Santa Catarina.** In Revista inter-legere. Rio de Janeiro. N. 9. Jul-dez 2011.

MACHADO, Igor José de Renó; AMORIM, Henrique; BARROS, Celso Rocha de. **Sociologia hoje**. Volume único. Ensino Médio. 1 ed. São Paulo: Ática, 2013.

MAHAMUD, Kira. **Contexts, Texts and Representativeness. A Methodological Approach to School Textbooks Textbook Research**. In: Petr Knecht, Eva Matthes, Sylvia Schütze, Bente Aamotsbakken (Hrsg.) *Methodologie und Methoden der Schulbuch- und Lehrmittelforschung. Methodology and Methods of Research on Textbooks and Educational Media* Die Autorinnen und Autoren dieses Bandes befassen sich aus unterschiedlichen disziplinären Perspektiven. 2014. p. 31-49

MARTINS, Carlos Benito; WEBER, Silke. **Sociologia da Educação: Democratização e cidadania**. In: MARTINS, Carlos Benito (coord.). *Sociologia. Coleção Horizontes das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Anpocs, 2010.

MARTINS, Rogéria; SOUSA, Diogo Tourino. **Ensino de Sociologia e as Intermitências Curriculares: o debate clássico e contemporâneo da intervenção social**. In: GOnçalves, Danyelle Nilin (org.). *Sociologia e juventude no ensino médio: formação, PIBID e outras experiências*. Campinas: Pontes Editores, 2013. p. 31-50

MEUCCI, Simone. **Notas para um balanço crítico da produção recente de livros didáticos de sociologia no Brasil**. In: Luiz Fernandes de Oliveira. (Org.). *Ensino da sociologia: desafios teóricos e pedagógicos para as Ciências Sociais*. 1ed. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2013, v. , p. 75-80.

MOTA, Kelly Cristine Corrêa da Silva. **Os lugares da sociologia na formação de estudantes do ensino médio: as perspectivas de professores**. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro , n. 29, p. 88-107, Aug. 2005

MORAES, A. Cesar. **Parecer sobre o ensino de Filosofia e Sociologia**. *Mediações*, Londrina, v. 12, p. 239-248, 2007.

_____. **O Veto de FHC: o Sentido de um gesto**. In: CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de Carvalho (org.). *Sociologia em debate*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004. P. 105-112

_____. **Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade**. *Cadernos CEDES*, 31(85), 2011, 359-382.

MORAES, L. Fernando Nunes. **Da sociologia cidadã à cidadania sociológica: As tensões e disputas na construção dos significados de cidadania e do ensino de sociologia**. Dissertação de mestrado em Sociologia, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, UFPR, 2009.

OLIVEIRA, L. Fernandes de; COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. **Sociologia para jovens do século XXI**. 3 edição. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013.

OLIVEIRA, Amurabi. **Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica**. *Acta Scientiarum Education*. Maringá, v; 35, n. 2, p. 179-189, Jul-Dez, 2013.

_____. **O ensino de sociologia na educação básica brasileira: uma análise da produção do GT ensino de sociologia na SBS**. *Revista Teoria e Cultura*.UFJF, v. 11, n. 1, jan/jun 2016. P. 55-70

OLIVEIRA, Amurabi; CIGALES, Marcelo Pinheiro. **A pesquisa como princípio pedagógico no ensino de Sociologia: uma análise a partir dos livros selecionados no PNL 2015.** Revista de Ciências Sociais. Unisinos. V. 51, n. 3, 2015.

PEREIRA, Marcia Menezes Thomaz. **A Construção social da identidade da Sociologia como disciplina escolar: que Sociologia é essa?** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro, 2013.

RÊSES, Erlando da Silva . **Representações Sociais dos Alunos da Rede Pública do Distrito Federal sobre a Sociologia no Ensino Médio (B1).** Revista Mediações (UEL), v. 12, p. 177-194, 2007.

ROSSI, Laura De Almeida Braga. **A presença da Sociologia no Ensino Médio: letramento cívico e democracia. Mestrado em Ciências Sociais.** Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio.** Volume único. 3 ed. São Paulo: 2013.

WEBER, Silke. **A produção recente na área da Educação.** Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. (81): 22-32, maio 1992.